

Peregrinação

1614

Organização
Isabel Almeida

Título:
Peregrinação, 1614

Organização:
Isabel Almeida

© 2017 Centro de Estudos Clássicos
Universidade de Lisboa

Paginação, impressão e acabamento:
Papelmunde

Outubro de 2017

ISSN: 978-972-9376-46-7
Depósito legal: 432909/17

Peregrinaçam: texto em diálogo

Isabel Almeida*

A leitura da *Peregrinaçam* convida a um exercício paradoxal, misto de audácia e de prudência. Prudência, desde logo, porque se trata de um texto sujeito a intromissões de várias mãos, várias vontades. Ninguém o ignora: da obra, postumamente impressa, não restam testemunhos autógrafos¹. No entanto, ainda manuscrita, atraiu curiosos, foi objecto de apropriações² e motivou atitudes díspares – repúdio, interesse – entre membros da Companhia de Jesus, que investia na missionação a Oriente e trabalhava para a canonização do “santo Padre Mestre Francisco [Xavier]” (IV, 192³). Embora sem respostas à vista, é necessário interrogar: a *Peregrinaçam* que, “com licença do Santo Officio, Ordinario, & Paço”, saiu dos prelos trinta e um anos após a morte de Mendes Pinto, deve-se-lhe por inteiro? Que penas – até de uma penada – nela terão deixado a sua marca? E como? Reescrevendo trechos? Convertendo pormenores? Alterando o relato por supressão ou aditamento? Modificando-lhe o recorte e a disposição?

Se a incerteza acerca da autenticidade do texto basta para justificar, em qualquer leitura, zelos de prudência, os hiatos e os lapsos da autobiografia que a *Peregrinaçam* propõe – e que, à falta de miúda documentação sobre Mendes Pinto⁴, tende a impor-se como verídica – não-de suscitar reserva semelhante.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Ver Francis M. Rogers, “The manuscript latin translation of Mendes Pinto’s *Peregrinaçam*”; Ana Paula Laborinho, *O rosto de Jano. Universos ficcionais da Peregrinaçam de Fernão Mendes Pinto*, vol. 1, pp. 87-106.

² Ver Jordão de Freitas, “Fernão Mendes Pinto”, p. 62; Francisco Roque de Oliveira, “«Una relación de suficiente probabilidade» – Iberian readings and transcriptions of Fernão Mendes Pinto’s unpublished *Peregrinação* manuscript, 1576-1614”.

³ As citações da *Peregrinação* serão indicadas abreviadamente pelo número do volume e a página. Todas se reportam à seguinte edição: Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação e Outras Obras*. Texto crítico, Prefácio e Estudo por António José Saraiva. No caso dos paratextos (não incluídos nesta edição), moderniza-se a ortografia sempre que essa actualização não fira a realidade histórica. Os mesmos critérios se aplicam à transcrição de texto lido por edições antigas ou fac-similadas.

Por muito que nos fascine a narrativa na primeira pessoa⁵, convém desconfiar do retrato aí traçado. Também este é ponto assente, mas não será de mais explorá-lo. A audácia consiste nisso mesmo: em analisar tudo aquilo que afinal exprima o arbítrio do autor – até os seus silêncios.

Repare-se: Mendes Pinto fala de aventuras e desaventuras num palco vertiginoso; veste a pele do “pobre de mim” que, sempre ávido de “um pedaço de proveito” (I, 47), é arrebatado pelos caprichos da fortuna traiçoeira e castigado por desígnios providenciais; por último, insinua mudanças, na medida em que o “pobre de mim” se metamorfoseia no embaixador que o vice-rei D. Afonso de Noronha envia ao Japão (IV, 287-303) e no pretendente que, de volta a Lisboa, tem acesso a D. Catarina e à própria regente solicita – expondo “por palavra tudo o que [lhe] pareceu que fazia ao bem do [seu] negócio” – mercê por “serviços” prestados (IV, 304, 305). Nesta história de vida, porém, nunca Mendes Pinto menciona (ou na *Peregrinaçam* impressa não consta) a riqueza que terá conseguido amealhar⁶, nem a experiência – interrompida e abandonada – de ingresso na Companhia de Jesus⁷; e, principalmente, nada (ou quase nada) revela sobre o que lhe permitiu architectar e redigir a *Peregrinaçam*: frequentou escolas? Quem o ensinou? Que meios, que relações o moldaram⁸? Que livros povoavam a sua memória?

⁵ Quase no fim da *Peregrinaçam*, encontra-se o nome de “Fernão Mendez Pinto” na alegada transcrição de uma carta do rei do Bungo (IV, 302). É ocorrência única, mas decisiva para que ao narrador-personagem seja lícito dar o nome do autor.

⁶ No capítulo CCVI, conta-se que o “padre reitor” ficou incumbido de informar o Vice-rei da chegada do corpo de Francisco Xavier a Cochim e de lhe pedir “um catur bem esquipado” que levasse o fêretro a Goa. A primeira escolha do Vice-rei falha, “mas em seu lugar se lhe ofereceu um devoto do santo defunto, de que o Visorrei mostrou levar muito gosto” (IV, 261-262). Se este “devoto” for Mendes Pinto, isso significa que em meados de Quinhentos era uma figura próspera. O mesmo se afirma em cartas: “tinha de seu sete mil cruzados”, “era tido por dos mais ricos”, adquirira “muito dinheiro” e tinha vários escravos (ver Rebecca Catz, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, pp. 26, 35, 50, 51).

⁷ Importa notar que, atendendo à rasura do seu nome em cartas da Companhia de Jesus (conforme Jordão de Freitas e o Padre Domingos Maurício observaram), esta ausência pode ter sido criada por outros que não Mendes Pinto (ver Jordão de Freitas, “Fernão Mendes Pinto”, pp. 59-60; Domingos Maurício, “A «Peregrinaçam» de Fernão Mendes Pinto e algumas opiniões peregrinas”, pp. 639-642).

⁸ Zoltán Biedermann e Andreia Martins de Carvalho chamaram já a atenção para as relações que ligam Mendes Pinto a famílias influentes: “the Santiago-cum-Faria network” (“Home sweet home: the social network of Mendes Pinto in Portugal”, pp. 29-53). A respeito do período vivido em Setúbal, ao serviço de Francisco de Faria e do Mestre de Santiago, o Visconde de Lagoa conjecturou: “A permanência de cinco anos e meio em Setúbal teve, supomos, considerável influência na formação intelectual de Mendes Pinto, que ali encontrou, com muita probabilidade, o ensejo de se instruir [...]” (“A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto (Tentativa de reconstituição geográfica)”, p. 13). Aparentemente, foi também esta ideia que ditou o título do capítulo I de uma versão latina da *Peregrinaçam*: “Ferdinandi Mendez Pinti Patria, mores et studia” (*Doctoris Alfonso Sanctij Historia orientalis Anacephaleosis. Ex Peregrinationib' Ferdinandi Mendez Pinti [...]*, ap. Ana Paula Laborinho, *O rosto de Jano. Universos ficcionais da Peregrinaçam de Fernão Mendes Pinto*, vol. 1, p. 103).

Nos passos em que, indicando títulos ou limitando-se a um aceno geral, aponta uma ou outra fonte, directa ou indirecta, vista ou ouvida, Mendes Pinto dirige a atenção sobretudo para o oriente. Refere as “geografias” dos “escritores chins” (I, 4); “crónicas” da região de Java (I, 71) e de Ainão (I, 164); um “livro impresso” sobre a conquista de Malaca pelo “capitão Albuquerque, lião dos roubos do mar” (II, 130); uma “crónica” (II, 151) ou “livro da situação de todos os lugares notáveis” do “império ou monarquia” da China (II, 149, 150); “um livro per nome Toxefalem” (II, 157); “um livro impresso” sobre o “santo homem” Mateus Escandel (II, 160, 161); “livros que contam histórias e dão relação de tudo o que se quer saber” (II, 174); um “livrinho que se chama Aquesendo” (II, 204, 207, 212, 216, 217, 218); uma “história” das origens de Pequim (II, 143, 144, 145) e “crónicas dos reis da China” (II, 216, 244, 245); um “livro” que “se chama Pinatoreu” e “que trata do regimento dos banquetes” (II, 208, 209, 210); o Código de Justiça, “Nileterau” ou “As Brochas d’Ouro da Vontade do Filho do Sol” (III, 5); “um volume de patranhas escritas ao Rei de Brama”, que, trasladado e trazido a Portugal, acabaria em Itália (“um Florentino mo pediu emprestado. E querendo eu tornar a haver à mão, mo fez perdição, e o levou consigo a Florença e o presentou ao duque da Toscana, o qual me disseram que o mandara imprimir com título de «Crenças Novas da Gentilidade do Cabo do Mundo»” – III, 247); “histórias” de Timplão (III, 230, 231); “histórias” do reino de Pegu (III, 254); “um livro que tratava da fundação daquele reino” (IV, 21); “volumes” da história do Japão (III, 82).

Ao invés, são escassas e vagas as alusões a fontes europeias ou nacionais: “os escritores antigos” (que da China nada disseram – II, 138); “Ptolomeu” e os “mais que escreveram da Geografia” (III, 133), todos superados pelos “nossos cosmógrafos” (III, 133); “os nossos Cronistas” (III, 11); “mapas e cartas” (I, 94); “histórias que tratam da governança de Nuno da Cunha” (I, 14); “histórias do descobrimento da Índia” (I, 70) ou “histórias da Índia” (I, 113); “milagres evidentes” de Francisco Xavier, que “outros já escreveram” (IV, 260).

Nada terá de casual, esta desproporção: Mendes Pinto fomentava a ideia de que possuía informação rara e cobiçada. Todavia, há que seguir o rasto discreto de outros contactos, como cedo tentou o tradutor castelhano Francisco Herrera Maldonado e como em época mais recente fizeram diversos estudiosos: António José Saraiva, que julgou existirem vestígios picarescos na *Peregrinaçam*; Luciana Stegagno Picchio e António Rosa Mendes, que a associaram a relatos de viagens (v.g., os *Itinerários* de Ludovico Vartema⁹ e

⁹ Ver Luciana Stegagno Picchio, “Fernão Mendes Pinto e a sua *Peregrinação*”, in *Mar Aberto. Viagens dos portugueses*, pp. 29-44. O texto de Ludovico Vartema, amplamente divulgado, foi incluído também na antologia *Novus Orbis*.

de António Tenreiro¹⁰); Georges Le Gentil¹¹, Aníbal Pinto de Castro¹² e Rui Loureiro¹³, que acharam pontuais ligações a obras de temática ultramarina então dadas à estampa – a *História do Descobrimento e Conquista da Índia* (1552-1561), de Fernão Lopes de Castanheda, as *Décadas* de João de Barros (1552, 1553, 1563), os *Comentários* de Afonso Brás de Albuquerque (1.ª ed.: 1557; 2.ª ed.: 1576), o *Tratado dos Descobrimentos* (1563), de António Galvão, ou o *Tratado das Cousas da China* (1570), de frei Gaspar da Cruz.

Não custa, de resto, expandir o inquérito. Herrera Maldonado detectou afinidades entre *De Sarmatia Asiana Atque Europea, Libri Duo*, de “Matias Micuy”¹⁴, e os capítulos em que Mendes Pinto conta uma invasão da China pelos Tártaros. O mesmo se afirmará a propósito da descrição dos costumes das gentes de Lápia em *De Legatione Moschovitarum libellus*¹⁵ (por Paolo Giovio) e da caracterização dos “gigauhos”, na *Peregrinaçam* (II, 60-62): esta parece inspirada por aquela, o que não será estranho se pensarmos que *De Legatione* e *De Sarmatia* integravam, ambos, a antologia *Novus Orbis*, que João de Barros, um interlocutor de Mendes Pinto, apreciou. E, igualmente estimada pelo cronista, merece nota a “fábula moderna” [que] é a utopia”, por meio da qual “Tomás Moro [...] quis doutrinar os Ingreses como se haviam de governar”¹⁶: com Barros¹⁷ e com More¹⁸, bem poderá Mendes Pinto ter aprendido a exacerbar o conceito de ordem e de sistema que anima as páginas da *Peregrinaçam* dedicadas à cidade de Pequim.

Algumas conexões são controversas, mas nenhuma hipótese é despicienda, porquanto sugere a amplitude da obra que a consente: a comparação de “espantosos urros e prantos” com “cousa de encantamento” (I, 171) lembra fórmulas enfáticas habituais em livros de cavalarias; a intensidade dramática atingida ao narrar o suplício do Choubainha traz consigo o *pathos* da tragédia (III, 173-181)¹⁹; a representação do interior de uma casa chinesa tem a graça ágil de uma cena de comédia

(II, 100-101)²⁰. Seriam géneros familiares a Mendes Pinto, que regista “autos e entremeses” na China (II, 46) e uma “farsa” ou “prática” no Japão (IV, 291, 293)?

Não oferece dúvida, porém, que, no capítulo 55, a uma voz como a do menino chinês (*deus ex machina* inventado para denunciar a cega incoerência de António de Faria) subjaz a lição bíblica – muito em concreto, acusações de hipocrisia como as que foram lançadas por Isaías (29, 13) e evocadas por S. Mateus (15, 8)²¹, ou como as que S. Paulo desferiu na Epístola aos Romanos (2, 17-29):

Sabeis porque vo-lo digo? Porque vos vi louvar a Deus depois de feitos, com as mãos alevantadas e c’os beijos untados, como homens que lhes parece que basta arregar os dentes ao Céu, sem satisfazer o que tem roubado. Pois entendi que o Senhor da mão poderosa não nos obriga tanto a bulir com os beijos quanto nos defende tomar o alheio, quanto mais roubar e matar, que são dous pecados tão graves quanto depois de mortos conheceis no rigoroso castigo de sua divina justiça. (I, 212)

À eloquência destas semelhanças, junta-se a de alguns contrastes. Rumo a Caleplui e seus tesouros, a viagem corsária desenrola-se “por mar que nunca até então portugueses tinham visto nem navegado” (II, 49). O eco camoniano (admitamo-lo) só torna mais flagrante a inversão que a partir dele se engendra, pois a viagem de António de Faria conduzirá à profanação de um império, não à edificação de novos reinos sublimados. Nessa ilha sagrada, os portugueses são “cães esfaimados” (II, 74), e a metáfora coincide com a linguagem figurada do episódio da Ilha dos Amores (IX, 70, v.8; 74), mas em Caleplui não há redentoras contemplanções dos segredos universais, e muito menos ascensões iniciáticas que comovam “de espanto e de desejo” (IX, 79, v.4). Nesta “anti-peregrinação”²², a corrida, violenta e bestial, faz-se por ganância – o pior dos amores, segundo Camões, porque visa aquelas “cousas que nos foram dadas,/ Não pera ser amadas, mas usadas.”²³

Reconhecer-se-á também às avessas um *exemplum* famoso, cristalizado por João de Salisbúria no *Policraticus* (V, 8): a história da justiça feita por Trajano a uma viúva duplamente enlutada pela perda do filho²⁴. Em esquema: a mulher

¹⁰ Ver António Rosa Mendes, “A Peregrinação e a peregrinação de Fernão Mendes Pinto”, pp. 39-43.

¹¹ Georges Le Gentil, *Fernão Mendes Pinto, Un précurseur de l'exotisme au XVI^e siècle*.

¹² Aníbal Pinto de Castro, “Introdução”, in *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* [...], pp. XXXIV-XXXV.

¹³ Rui Loureiro, “Em busca das fontes da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto”, in *Nas partes da China. Colectânea de Estudos Dispersos*, pp. 181-197.

¹⁴ *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto* [...], f. 7.

¹⁵ Giovio fala assim dos habitantes da região de Lápia (vizinhos aos de Noruega e Suécia): *In extremo eius Oceani litore, ubi Norwegia atque Suetia amplissima regna, Isthmo veluti quodam continenti adhaerent, Lapones existunt, gens supra quam credibile sit agrestis, suspiciosa & ad omne externi hominis vestigium navigique conspectum maxime fugax.* (v. *Novus Orbis Regionum ac Insularum Veteribus Incognitarum* [...], pp. 537-538).

¹⁶ “Prologo”, *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, s/f.

¹⁷ Ver *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, fls. 44-48v.

¹⁸ Ver Raffaella D’Intino, “A «utopia chinesa» de Fernão Mendes Pinto”.

¹⁹ Ver Isabel Vila Maior, “O discurso directo como estratégia narrativa na *Peregrinação*”, p. 114.

²⁰ Ver Georges Le Gentil, *Fernão Mendes Pinto, Un précurseur de l'exotisme au XVI^e siècle*, pp. 267-268.

²¹ Ver João Santos Cordeiro, *António de Faria, personagem de Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, pp. 96-97.

²² Arnaldo Saraiva, “A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto Revisitada. A sua teoria moderna da viagem”, p. 136.

²³ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, p. 229 (IX, 25, vv.7-8).

²⁴ Ver Gordon Whatley, “The uses of hagiography: the legend of Pope Gregory and the Emperor Tra-

sem amparo recorre ao auxílio do homem de poder. Na *Peregrinaçam*, uma “desconsolada rainha” perseguida pelo rei dos Achéns, que lhe matara o marido, pede o apoio do capitão português. No *Policraticus*²⁵, Trajano avança a cavalo quando é interpelado; promete justiça para quando regressar da guerra, mas, sensível à insistência da mulher, abeira-se dela (desce do cavalo) e satisfaz a sua súplica. Na *Peregrinação*, a rainha viúva de igual modo insiste. Contudo, sem êxito: “e replicando ela sobre a incerteza de poder ou não poder vir este socorro quase que se agastou Pero de Faria, por lhe parecer que desconfiava ela da sua verdade” (I, 106). Nos antípodas de Trajano, que ouve os rogos e faz justiça, o capitão português protagoniza, nesta entrevista junto da “porta da igreja, que estava um pouco defronte” (I, 106), um caso que termina em amaríssima decepção. Desenganada, a rainha de Aarú lamenta:

Fonte limpa é o Deus que naquela casa se adora, de cuja boca procede toda a verdade, mas os homens da terra são charcos de água turva, em que por natureza continuamente moram desvarios e faltas, pelo que se deve de haver por maldito o que confia no bocejo dos seus beijos. Porque vos afirmo, senhor Capitão, que desde que me entendi atégora, nenhũa outra cousa tenho visto nem ouvido senão que quanto os desaventurados como meu marido e eu mais fazem por vós, os Portugueses, tanto menos fazeis vós por eles, e quanto mais deveis, menos pagais. Pelo que, infirindo daqui, o que claramente se pode afirmar é que o galardão da nação portuguesa mais consiste e mais pende da aderência que do merecimento da pessoa. E prouvera a Deos que o que eu agora conheço de vós por meus pecados, conhecera el-rei meu marido, agora há vinte e nove anos, porque nem ele vivera tão enganado convosco como viveu, nem enfim se viera a perder por vossa causa como se perdeo. (I, 106).

Dos exemplos coligidos, extraem-se conclusões. Percebemos quão engenhoso é o processo a que António José Saraiva²⁶ chamou crítica “indirecta”: o comentário acutilante surge amiúde no discurso de personagens exóticas, e o oriente – esse estranho oriente, tão remoto e tão próximo – serve de espelho aos

jan in the Middle Ages”, pp. 25-63.

²⁵ Ver *Le Policratique de Jean de Salisburie (1372). Livre V*, pp. 566-567. Trata-se de uma edição que contempla a tradução francesa feita por Denis de Foulechat, no século XIV. O *Policraticus*, cujo livro V foi elaborado a partir de uma obra que Salisburie atribuiu a Plutarco (*Institutio Trajani*), remonta a 1159.

²⁶ António José Saraiva, *Fernão Mendes Pinto ou a Sátira Picaresca da Ideologia Senhorial*, Lisboa, pp. 81-148. O conceito foi igualmente proposto por Jaime Cortesão, que o usou em termos que mereceram uma réplica de Eduardo Lourenço, em “A «Peregrinação» e a crítica cultural indirecta”.

portugueses não porque lhes dê uma sabedoria nova, mas porque lhes recorda essenciais princípios (religiosos ou políticos) ao condenar-lhes os vícios²⁷. Mais, percebemos que, para lá da ostensiva atenção dada a fontes asiáticas, se cultiva, na *Peregrinaçam*, um diálogo lúcido e inteligente com textos europeus – até para os virar ao contrário, com destreza paródica.

Em suma, nem é “tosca” nem “rústica”, esta “escritura” (I, 3); é um texto que assimila criteriosamente outros textos e que nesse jogo desafia e faz pensar. Se o autor adopta a máscara da modéstia, e, ao arrepio do que seria comum no século XVI, não assume vínculos a qualquer padrão ocidental de que tirasse benefício e prestígio, age como quem prefere a liberdade das margens às fronteiras do cânone. Mas é esse cânone que – tudo leva a crer – constitui o nervo da *Peregrinaçam*.

* * * * *

Entre vários encómios, o prólogo da *editio princeps* apregoava “a notícia de cousas notáveis, e segredos nunca comunicados por outro algum historiador”. Alvissareiras, estas palavras encareciam a informação sobre o mundo, com suas maravilhas, sua imensa extensão, suas monarquias que abalavam o cômputo dos cinco impérios fixado pela exegese do livro de Daniel. *Peregrinaçam* alimentava o debate sobre os conceitos de verdade e verosimilhança²⁸, conforme vinha acontecendo desde que o acesso a uma realidade difícil de imaginar, e mais difícil ainda de compreender, entrara no horizonte dos cronistas. Não surpreende, pois, o relevo dado à sua novidade. Mas tão-pouco surpreende que (iludindo a censura?) aqueles que pretendiam publicar a obra e a apresentavam como “breve história” – fruto de um autor “muito conhecido por nobre, e de singular engenho, memória e verdade” – fugissem a apontar o que nela seria “matéria perigosa”²⁹, e, num gesto de camuflagem, se aplicassem a envolvê-la de um nimbo heróico.

O que em 1614 se dizia “Ao Leitor”, era que Mendes Pinto “com muita glória e honra do nome e nação Portuguesa à custa do sangue que muitas

²⁷ Recorde-se que esta prática tinha antecedentes famosos e seria suficientemente clara para que, em 1619, um autor como Francisco Rodrigues Lobo a destacasse: “D. António de Guevara, em nome de um emperador romano, escreveu o que ele queria dizer em Espanha” (Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, p. 63).

²⁸ Recorde-se, a título de exemplo, o diálogo I de *Corte na Aldeia* (Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, pp. 54-71).

²⁹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, p. 277 (X, 120).

vezes derramou pelejando pela Fé com os inimigos dela, padecendo trabalhos e riscos da própria vida [...] alcanç[ara] a notícia de cousas notáveis e segredos nunca comunicados por outro algum historiador”. Depois, em 1620, na “Apologia” que introduz a versão castelhana, bem como nas suas dedicatórias³⁰, Francisco Herrera Maldonado amplificaria todo esse programa épico, asseverando que Mendes Pinto era digno de “premio” pela “historia q̄ nos dexò escrita, pues en ella da la luz bastate cõ sus peregrinaciones, prisiones, cautiverios y trabajos à la nacion Portuguesa, gloriosa en dilatar la Fê Catolica en partes tan remotas, para q̄ pueda cõ mas comodidad proseguir las famosas conquistas que han dado opinion de valientes, de fuertes y de Christianos a sus naturales, q̄ famosos en tantas hazañas, hã llevado à Reynos tan distantes del suyo, sus nõbres armas y memorias, sugetando tantas fuerças, convirtiendo tantos infieles, y enseñando a tãtos bárbaros, como es abonado testigo, la admiraciõ comun q̄ mira en el cielo muchos martyres, en la Yglesia innumerables fieles, y en Portugal millares de curiosidades y riquezas, impossibles vencidos con la misma sangre [...]”.³¹

Em sintonia com este discurso e com o respeito manifestado por João Baptista Lavanha, que na *Década IV* invocou “as Peregrinações”³², Manuel de Faria e Sousa inseriu “Fernan Mendez Pinto” num elenco de “historiadores”³³. Ao esgrimir argumentos em abono do autor e da obra, usou, no entanto, um termo intrigante: “Modernamente se lee la [historia] de Fernan Mendez Pinto, i se duda de mucho de lo que refiere: i personas que anduvieron por aquellas partes afirman, que no solo es todo verdad, sino que pudiera con ella dezir

³⁰ Datados de 1620, há exemplares da *Historia Oriental De Las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto* com dedicatórias diferentes. “Al Señor Don Duarte Marques de Flechilla, &c”, Herrera Maldonado dizia: “Las muchas mias [obligaciones] suplican a V. Excelência q̄ ampare esta Historia, para que segura de la emulacion, pueda llevar al templo de la Fama las hazañas valerosas de los Portugueses, que famosos, hasta los ultimos terminos del mundo han puesto en partes tan remotas el nombre de los señores Reyes progenitores de V. Excelência [...]” “A Manuel Severin de Faria, Chantre, y Canonigo de la Santa Iglesia Metropolitana de Evora”, afirmava também: “Yo ofrezco a V. Merced (entre las grandezas de un mundo) las victorias famosas de tanto glorioso Portugues, cuyos valores, sugetaron tantos mares, vencieron tantos barbaros, y cõquistaron tanto Reynos, a donde hallara v.m. los valerosos hechos, de muchos Cavalleros de su antiquissima família, que con valor christiano ofrecieron sus vidas en aquellas gloriosas conquistas, valoreando la calidad de sus ilustres progenitores [...]”.

³¹ “Apologia en Favor de Fernan Mendez Pinto, y desta Historia Oriental. Por el Licenciado Francisco de Herrera Maldonado, Canonigo de la santa Yglesia Real de Arbas”, in *Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto* [...], f. 2.

³² *Ásia de João de Barros*. [...]. *Quarta Década*, p. 296.

³³ Mendes Pinto é um dos “três Portugueses” que Faria e Sousa nomeia (os outros são Barros e Góis): “Fernan Mendez Pinto, que no deve nada al buen estilo; y que en la traducion Castellana està muy viciado, porque el Tradutor le quiso hazer florido à lo moderno: en Portugues le labo yo.” (*Rimas Várias de Luís de Camões Comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, t. IV, parte II, f. 102).

más, i que de miedo lo dexò. No ay duda, quien vè poco, no cree mucho, i al contrario.”³⁴ A menos que se entenda “miedo” como receio de “entrare nello Infinito”³⁵ ou de passar por falaz³⁶, capta-se neste comentário um alerta: *Peregrinaçam*, enquanto “história”, enveredava por caminhos melindrosos.

Na verdade, a obra pode ser lida como uma reacção às reputadíssimas *Décadas* de João de Barros: esta é a ideia que aqui procuraremos sustentar. Mais do que um vulto pairando “sobre diversas secções”³⁷ da *Peregrinaçam*, as *Décadas* terão funcionado, para Mendes Pinto, como um modelo crucial: não um modelo a imitar, não um modelo a satirizar³⁸; um modelo ao qual haveria que contrapor a “síntese da *outra face* da expansão”.³⁹

Decerto, o âmbito cronológico das duas narrativas é diferente (as *Décadas* de Barros findam no tempo em que a *Peregrinaçam* começa), mas o assunto persiste, já que Mendes Pinto não se ocupa apenas das “andanças dos homens que viviam na periferia do Estado da Índia”, entregues “a actividades que escapavam à observação dos cronistas oficiais ou officiosos.”⁴⁰ Embora a preencha largamente, o “império-sombra”⁴¹ não esgota a *Peregrinaçam*, onde, se há lugar para

³⁴ Manuel de Faria e Sousa, *Lusiadas de Luís de Camões. Comentadas por* [...] vol. II, Canto VIII, col. 434.

³⁵ Numa carta datada de 1571 e dirigida a Bernardo Neri, enviado de Cosme I de Médicis a Lisboa, Mendes Pinto (se é seu, este texto) pede escusa de tratar das “cose della cina”, alegando: “gli affermo realmente que arei a entrare nello Infinito pche sono le cose tanto grande che p̄ dire poco bisogna assai scrittura [...]” (Rebecca Catz, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, p. 152).

³⁶ Veja-se o início do capítulo CXIV da *Peregrinaçam*: “Por me temer que particularizando eu todas as cousas que vimos nesta cidade [Pequim], a grandeza estranha delas possa fazer dúvida aos que as lerem, e também por não dar matéria a murmuradores e gente praguenta – que querem julgar das cousas conforme ao pouco que eles viram e que seus curtos e rasteiros entendimentos alcançam – de lançarem juízos sobre as verdades que eu vi por meus olhos, deixarei de contar muitas cousas que quicã deram muito gosto a gente de espiritos altos e de entendimentos largos e grandes, que não medem as cousas das outras terras só pelas misérias e baizezas que têm diante dos olhos.” (II, 247).

³⁷ Rui Loureiro, “Em busca das fontes da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, in *Nas partes da China. Colectânea de Estudos Dispersos*, p. 187.

³⁸ António José Saraiva, ao valorizar traços picarescos na *Peregrinaçam*, afirmava: “É a sátira de tudo o que foi dito (com pouca convicção, aliás) por João de Barros e posto em forma digna no *Primor e Honra da vida soldadesca no Estado da Índia*.” (*Fernão Mendes Pinto ou a Sátira Picaresca da Ideologia Senhorial*, p. 159).

³⁹ Lendo a *Peregrinaçam*, Thomas R. Hart afirmou: “I would argue that it rests on the same ideological base as does *The Lusiads*: the unquestioned link between religion and empire, a *fê* e o *império*.” (“Style and substance in the *Peregrination*”, p. 49). Também Alfredo Margarido considerou: “Não se trata do negativo, como por vezes se diz, mas de um aspecto complementar que os documentos mais versados no heroísmo iam eliminando do registo e por consequência da informação. Estamos, antes, perante um documento que serve de contraponto ao discurso exactamente nacionalista [...]” (“Fernão Mendes Pinto. Um herói do quotidiano”, p. 28).

⁴⁰ Rui Loureiro, “A China de Fernão Mendes Pinto, entre a realidade e a imaginação”, in *Nas partes da China. Colectânea de Estudos Dispersos*, p. 158.

longínquas peripécias de chatins e corsários, há também lugar para os problemas da “nossa Malaca, tão importante ao estado da Índia” (I, 94), destacando-se o conflito com os Achéns de Samatra, nos quais Barros identificara um inimigo temível, capaz de dominar território estratégico e de perturbar a navegação nos mares do Extremo-Oriente.

Em rigor, nem Mendes Pinto ignora o que as *Décadas* promovem, nem Barros se alheia radicalmente do “império-sombra” e das “travessuras”⁴² nele comedidas (aliás, a realidade seria irredutível a um absoluto claro-escuro que opusesse os “«indefectíveis» do serviço público” aos “marginais” dispersos para lá do Cabo Comorim⁴³). Vendo bem, idênticas são muitas das preocupações de Barros e de Mendes Pinto, que só parecem autores demasiado diferentes porque a essas preocupações comuns conferem projecção distinta.

O cronista régio empenha-se em salvar um código de valores tanto mais ameaçado quanto seria “provérbio do mundo: dos neícios leais se enchem os hospitais”. Ácido, ironiza: a “terra do ponente” “é pátria e mui piadosa de quem tem, e esquiva a quem se mal aproveitou, pois não podem aproveitar com a fazenda que não trouxeram”⁴⁴. Ao arrepio da maré, porém, persevera no que crê ser sua missão: “tratar [...] dos triunfos deste reino”⁴⁵; erguer um edifício decoroso, com “pedras lavradas e polidas dos mais ilustres feitos”⁴⁶, evitando “pubricar” “defeitos de partes que não fazem a bem” da história⁴⁷. Já Mendes Pinto, escudado na liberdade e na eficácia retórica próprias do testemunho pessoal (ou do que jura sê-lo), atreve-se a expor o que Barros encobre, e avança com uma “história” híbrida e irregular, onde escancara fraquezas. Não o faz disposto a atacar o império ou a fé⁴⁸. Pelo contrário. Mostrar o erro, o desvio, o excesso, a derrota, é o seu modo de engendrar um “espertador do entendimento”⁴⁹ e de “inculcar lição”.⁵⁰

⁴² *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 18.

⁴³ Ver Jorge Manuel Flores, “«Um homem que tem muito crédito naquelas partes»: Miguel Ferreira, os «alevantados» do Coromandel e o Estado da Índia”, p. 27.

⁴⁴ *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 228.

⁴⁵ “Prólogo”, *Ásia de João de Barros. [...] Primeira Década*, p. 3.

⁴⁶ “Prólogo”, *Ásia de João de Barros. [...] Segunda Década*, p. 1.

⁴⁷ *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 266.

⁴⁸ A leitura de Rebecca Catz (*A sátira social de Fernão Mendes Pinto. Análise crítica da Peregrinação*), divulgada em *Fernão Mendes Pinto – Sátira e anti-cruzada na Peregrinação*, foi contestada, entre outros autores, por Aníbal Pinto de Castro na sua “Introdução” à *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto [...] (pp. XXXV-XLVIII)*, bem como por Amadeu Torres (“Fernão Mendes Pinto, no pós-centenário da sua morte: o texto e a hermenêutica”, pp. 137-153).

⁴⁹ “Prologo”, *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, s/f.

Nada tem de simples, a relação entre as *Décadas* e a *Peregrinaçam*, porque nenhuma das obras é simples. Nas *Décadas*, João de Barros teoriza, deixa claro que se rege por uma pauta que exige e legitima opções: a história, *magistra vitae*, como Cícero, Tito Lívio ou Tucídides haviam sublinhado, nem tudo acolhe; compete ao autor deliberar e destrinçar o que inclui e o que exclui, o que patenteia e o que dissimula. Vinha sobressaindo, na cultura do século XVI, a arte da dissimulação, que seduziria os seiscentistas Baltasar Gracián e Torquato Acetto. No *Libro del Cortegiano*, Baldesar Castiglione produzira doutrina e levantara questões: saber viver equivaleria a saber ser um Proteu, mudo ou lisonjeiro, em permanente adaptação às circunstâncias e às conveniências? Castiglione vincava – talvez numa surda réplica a Machiavel – que o bom cortesão seria um “institutor del principe”⁵¹, nunca resignado a prescindir da moral, e *mutatis mutandis* o preceito quadra a João de Barros: apostado em “tratar [...] dos triunfos d[o] reino”⁵² e em abafar o que classifica como “vil tragédia”⁵³, não abdica por completo de condenar atropelos.

Há nas *Décadas* tensões iniludíveis, que aumentam em diacronia. O sistema harmonioso gizado na *Década I* (fiel à tradição plasmada nos livros de cavalaria, *maxime* na juvenil *Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem*⁵⁴), organizado de acordo com a obediência hierárquica a um centro de poder, vai sendo corroído, volume após volume. O mundo representado na crónica, agitado por paixões, perde equilíbrio e ganha desconcerto; o texto, na proliferação de fios diegéticos e na inclusão do que se denigre como “cisco” ou “enxurro”, corporiza esse descontrole. Em tiradas avulsas, Barros reprova:

como neste oriente a que chamamos Índia, reina mais a cegueira da fortuna que a luz da razão, dissemos já por ela, ser crua madrasta dos fiéis, e lisonjeira madre dos artificiosos. Cousa tão aprovada na boca do povo deste reino cabeça dela, que quando vem passar um destes seus mimosos com a pompa da sua prosperidade, dizem, vedes, ali vai um filho da Índia.⁵⁵

Ou, numa nostálgica *laudatio*: “a frol da Índia” eram “fidalgos e cavaleiros” “criados na escola do Viso-Rei dom Francisco d’Almeida e de Afonso

⁵¹ Baldesar Castiglione, *Il Libro del Cortegiano*, p. 409.

⁵² “Prólogo”, *Ásia de João de Barros. [...] Primeira Década*, p. 3.

⁵³ *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 77v.

⁵⁴ Preparada ainda no reinado de D. Manuel, a obra saiu impressa em 1522 e foi dedicada ao novo soberano, D. João III.

⁵⁵ *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 63.

d'Albuquerque, em cujo tempo os homens tinham per honra os meios per que se ela ganha, e não tratos per que se adquire fazenda, que dali por diante se começaram usar mui soltamente, com que as cousas do estado da Índia tomaram um termo declinando mais em cobiça de ãa cousa que da outra, com que estão postas no que ora vemos."⁵⁶

Na *Peregrinaçam*, ecoam estas diatribes. Com uma diferença, porém: entre o "favor da fortuna" e o "serviço e cavalaria", Barros privilegia o segundo, convicto de que "honra e fazenda, cousas [são] que poucas vezes juntamente se conseguem"⁵⁷; ao invés, Mendes Pinto desejaria essa proeza. Melhor, desejaria, sem escrúpulos, a aliança triádica de fé, império e comércio. Daí que se esmere a denunciar o que a fere; daí que preconize um novo rumo para "as cousas do estado da Índia".

Se Barros exalta o fervor por Deus e pelo rei, se exalta a razão e a ética cavaleiresca, Mendes Pinto também chega a fazê-lo (veja-se como aplaude Leónis Pereira a defender Malaca "com tanto esforço que pareceo mais milagre que obra natural" – I, 117), mas para logo sublinhar que estas são virtudes excepcionais e, na realidade, maltratadas. A construção da imagem de Francisco Xavier não permite dúvidas: pronto a incitar à cruzada; estupendo na mobilização de meios e vontades, o Padre Mestre é mostrado como figura ímpar em teatro escandalosamente hostil.

Repare-se. Na *Peregrinaçam*, os achéns desafiam o capitão de Malaca e enviam-lhe uma carta por "sete coitados" a quem tinham mandado "cortar os narizes e as orelhas, e a alguns jarretar pelos artelhos" (IV, 171). Simão de Melo (à data, o capitão de Malaca) contenta-se com proferir, num pequeno círculo de "aceitos", "ditos cortesãos e galantes" (IV, 172). É Xavier quem toma a iniciativa de enfrentar o repto, do mesmo modo que durante uma tormenta marítima "ele só era o capitão" (IV, 242). Hábil, Mendes Pinto usa a antítese para que avultem, na sua estridente oposição, distintos padrões de comportamento, e recorre ao paradoxo para evidenciar o absurdo: Xavier vem a sofrer o martírio, não às mãos de infieis, mas ao capricho de um capitão de Malaca em cujo carácter sobressaem a obstinação e o rancor (IV, 252). Simbólico detalhe: tal como Cristo incitara os Apóstolos a fazer em terra ingrata, o Padre sai da cidade descalçando "as botas" e batendo-as "em cima de ãa pedra, como que lhe sacudia o pó" (IV, 254).

Mendes Pinto nomeia os motivos ("ódio e cobiça" – IV, 250) pelos quais frassam os planos prosélitos de Francisco Xavier, que um Diogo Pereira⁵⁸ patro-

cinava. E, a agravar o vitupério, devassa os bastidores da acção, denunciando preconceitos de elite ou receios de uma aristocracia pressionada pelo fenómeno da *nova riqueza*. D. Álvaro de Ataíde, na época o capitão de Malaca, recusa-se a acatar ordens do vice-rei? "Estava muito de quebra com Diogo Pereira por lhe não emprestar dez mil cruzados que lhe pedira" (IV, 250) e propalava "a modo de escárneo que aquele Diogo Pereira que sua senhoria dizia era um fidalgo que ficava em Portugal, e não aquele que o Padre apresentava, que fora ontem criado de dom Gonçalo Coutinho, e não tinha partes para ir por embaixador a um tamanho monarca como era o Rei da China." (IV, 250).

Da narrativa ressuma um iniludível sentido de proveito e exemplo: ao "pecado" segue-se o castigo. Na *Peregrinaçam*, nem por ser filho de Vasco da Gama deixa D. Álvaro de Ataíde de constituir um caso de soberba punida: aquele que, na sua "contumácia", se negava a ouvir Xavier, e aos que se empenhavam na viagem à China respondia que "se Diogo Pereira se obrigava a dar a el-Rei pelos direitos da sua nao trinta mil cruzados [...], também ele se obrigava por aquele requerimento que lhe faziam a lhes dar a todos trinta mil pancadas c'o cabo daquela chuça" (IV, 252); o responsável pela melancolia que consome e destrói Xavier, morre "cercado de avexações e de trabalhos na honra, na fazenda e na vida" (IV, 269).⁵⁹

Mendes Pinto torna esta condenação gritante a propósito da história de Francisco Xavier, e reitera-a, em geral⁶⁰, explicitando juízos, como ao avaliar a atitude dos portugueses em Martavão:

se praticou sobre a resolução deste feito, em o qual por pecados nossos se não tomou nenhũa, por haver nesta junta tantas diversidades de opiniões e de pareceres, que Babilónia em seu tempo não lançou de si mais variedades de línguas, de que a principal causa, segundo se disse, foi a inveja de seis ou sete homens que queriam presumir de fidalgos que se acharam ali presentes, os quais, tendo

e muito estimado pelo próprio Francisco Xavier, a julgar pelas cartas que lhe escreveu e pelo cuidado que teve de o recomendar (ver Sanjay Subrahmanyam, *Three ways to be Alien: Travails & Encounters in the Early Modern World*, p. 30; Luís Filipe Thomaz, "Diogo Pereira, o Malabar", pp. 49-64).

⁵⁹ Na *Peregrinaçam*, não há rasto da excomunhão a que D. Álvaro de Ataíde terá sido sujeito (ver *Monumenta Xaveriana Ex Autographis Vel Ex Antiquioribus Exemplis Collecta*. Tomus Primus [...], pp. 767, 805).

⁶⁰ Se houver correspondência entre o António de Faria da *Peregrinaçam* e o autor do testamento com data de 2 de Junho de 1548, teremos um exemplo nítido desse empenho morigerador: o testamento foi feito por um António de Faria "doente em cama", assistido pelo Padre Mestre Francisco (Fernando-António Almeida, *Fernão Mendes Pinto. Um aventureiro português no Extremo-Oriente*, pp. 307, 311); Mendes Pinto faz desaparecer o capitão num "tufão, tão forte de vento e çarração e chuveiros que não parecia cousa natural", logo após o saque em Calemplui, quando as embarcações vão carregadas de tesouros (II, 83).

⁵⁶ *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 3.

⁵⁷ *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 53.

⁵⁸ Trata-se, não de Diogo Pereira, o Malabar, mas de um homónimo, bem relacionado com os Jesuítas

para si que se Deus permitisse que este negócio sucedesse como se esperava, o João Caieiro só (a quem os mais não tinham boa vontade) ficaria daqui com tamanho nome, e tanta honra, que seria pouco, como eles despois dezião, fazê-lo El-rei marquês, ou quando menos, Governador da Índia. (III, 160).

Na sequência deste comentário, vem, relatada com vagar e minúcia, a queda do Choubainhá e a infâmia de quem o desamparou. O mesmo é dizer: por processos óbvios ou subtis, destacando matérias como as que Barros desejara evitar, Mendes Pinto leva o leitor a concluir que “ódio e cobiça” geram desgraça e merecem censura. Note-se, contudo: na *Peregrinaçam*, as questões morais e diplomáticas não se apartam de questões materiais. Lamentar o fim do Choubainhá é também ocasião para suspirar pelo “muito que por nossos pecados perdemos e o muito que pudéramos ganhar” (IV, 103).

Sabemo-lo já: a *Peregrinaçam* não foi concebida como uma “história” da presença portuguesa no oriente limpa de “noda[s] negra[s] e feia[s]”⁶¹, antes como uma versão desassomburada e crua dessa narrativa. Falta acrescentar: Mendes Pinto ambicionaria concorrer assim para a resolução dos problemas que se atrevia a assumir. É o que faz crer a *vis* persuasiva do discurso em que vai gizando uma reequação do império.

Com efeito, a modéstia inicial do pai que se dirige aos “filhos”, e só para eles escreve, dissipa-se quando o autor fala “a gente de espíritos altos e de entendimentos largos e grandes” (II, 247), aos “cristãos” (III, 208), “aos leitores” (III, 144) ou “aos que isto lerem” (IV, 103). Ora “isto” não é exclusivamente uma história de vida vivida – espécie de contemplação de sucessivos naufrágios por um espectador que aprendeu a ser sábio e a guardar distância de paixões como o ódio ou a cobiça⁶², quase glosando o aforismo atribuído a Séneca (*sapiens enim peregrinatur, stultus exulat*). Na verdade, *Peregrinaçam* é igualmente um conjunto de alvíres enunciados em prol da “racionalidade”⁶³ da política da expansão.

De acordo com Mendes Pinto, a China proporcionaria “cousas” “quicá de muito mor proveito e menos custo, assi de sangue como de tudo o mais, do que é tudo o da Índia, em que tanto cabedal se tem metido atégora” (I, 152-153); o “reino de Sião e império Sornau”, “quanto mais proveitoso nos fora tê-lo antes senhareado que tudo quanto temos na Índia e com muito menos custo do que até agora nos tem feito” (IV, 101). A descrição da cidade de “Pongor, metrópoli

⁶¹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, p. 258 (X, 47).

⁶² Ver Hans Blumenberg, *Naufrágio com espectador*.

⁶³ Rui Loureiro, “Possibilidades e limitações na interpretação da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto”, p. 249.

desta ilha léquia”, tem um fito: é “para que, se em algum tempo Deos Nosso Senhor for servido de inspirar na nação portuguesa que, primeira e principalmente, pela exaltação e acrecentamento da fé católica e, após isso, pelo proveito que daí pode tirar, queira intentar a conquista desta ilha, saiba por onde há-de pôr os pés, e o muito que pode ganhar no descobrimento dela, e quão fácil lhe será conquistá-la.” (III, 131). Outrossim, Quangeparuu, na China, é pintada como presa apetecível:

Nesta cidade, nos afirmaram que tinha El-Rei de renda todos os anos só das minas de prata 2500 picos, que são 4000 quintaes, e, afora esta renda, tem outras muitas de muitas cousas diferentes. Esta cidade não tem mais força para sua defesa que um fraco muro de tijolo de oito palmos dos meus de largo, e ãa cava de cinco braças de largo e sete palmos de fundo. Os moradores dela são gente fraca e desarmada, nem tem artilharia nem cousa que possa prejudicar a quaisquer bons quinhentos soldados que a cometerem. (III, 77-78).

Oberve-se: o autor que valoriza a qualidade – moral e espiritual – de outras gentes é também quem avalia a sua riqueza, ambicionando dominá-la. O cuidado de facultar informações úteis faz da obra um “abc”⁶⁴ ou uma agenda de evangelização, conquista e comércio⁶⁵. E não haverá aqui incoerência⁶⁶, antes pragmatismo. Na óptica de Mendes Pinto, o Estado da Índia careceria de uma *translatio* para Oriente. Por isso Malaca e Samatra sobressaem nesta narrativa, que o leitor deverá seguir munido de um mapa: à luz da geografia e da política, vê-se melhor a *Peregrinaçam*.

* * * * *

Escute-se o discurso do rei dos Batas, no capítulo XVII. É um passo impressionante, que justificaria, por si só, uma reflexão acerca das relações entre a obra de Mendes Pinto e as *Décadas* de João de Barros:

Ah português, português, rogo-te que não faças de mim tão nécio, já que queres que te responda, que cuide que quem em trinta anos se não pôde

⁶⁴ Ver Alfredo Margarido, “La multiplicité des sens dans l’écriture de Fernão Mendes Pinto et quelques problèmes de la littérature de voyages au XVI^e siècle”, pp. 159-197.

⁶⁵ Ver João David Pinto Correia, “Apresentação crítica”, pp. 90-92.

⁶⁶ Ver Rui Loureiro, “Possibilidades e limitações na interpretação da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto”, pp. 100-130.

vingar a si, me possa socorrer a mim. Porque como o rei de vós outros e os seus governadores não castigaram este inimigo quando vos tomou a fortaleza de Paacem, e a galé que ia para Maluco, e as três naus em Quedá, e o galeão de Malaca em tempo de Garcia de Sá, e as quatro fustas depois em Salangor com as duas naus que vinham de Bengala, e o junco, e o navio de Lopo Chanoça, e outras muitas embarcações que agora me não vêm à memória, em que me afirmaram que matara mais de mil de vós outros, afora a presa riquíssima que tomou nelas, logo foi para ele me destruir a mim e eu ter muito poucas esperanças em vossas palavras. Basta-me ficar como fico, com três filhos mortos, e a maior parte do meu reino tomada, e vós na vossa Malaca não muito seguros. (I, 60).

Nas *Décadas*, os Batas têm fama de canibais⁶⁷; nos capítulos XV-XVIII da *Peregrinaçam*, o rei dos Batas tem a força de uma *imago*, pela temperança e pela justiça que são seu timbre e que ressaltam não só porque a sua fala veicula doutrina própria de um espelho de príncipes como porque se lhe opõe, no capítulo XIX, a figura sanguinária, incestuosa e parricida de um “tirano” (*i.e.*, um anti-modelo).

O trecho agora citado é um exemplo da crítica indirecta em que a *Peregrinaçam* é fértil: a personagem diz o que o autor quer que seja dito. Dito e redito. Adiante, estas palavras serão reiteradas pelo rei de Aarú:

Certo que se o rei de vós outros, Portugueses, agora soubesse quanto ganhava em me eu não perder, ou quanto perdia em os Achens me tomarem Aarú, ele castigaria o antigo descuido de seus capitães, que, cegos e atolados em suas cobiças e interesses, deixaram criar a este inimigo tanta força e tanto poder que temo já que quando quiser refreá-lo não possa, e se puder há-de ser com lhe custar muito do seu. (I, 80).

Depois, a somar-se a uma intervenção afim, pela rainha viúva, virá o “prognóstico” do narrador, advogando “que por via de razão, de duas há-de ser ãa: ou destruir-se este Achem, ou por seu respeito virmos nós a perder toda a banda do sul, como é Malaca, Banda, Maluco, Çunda, Bornéo e Timor, afora no norte a China, Japão, Léquios e outras muitas terras e portos em que a nação portuguesa, por seus tratos e comércios tem o mais importante e o

⁶⁷ *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 119v: “o [gentio] que vive naquela parte da ilha que cai contra Malaca, é aquela geração que eles chamam Batas, os quais comem carne humana, gente mais agreste e guerreira de toda a terra.”

mais certo remédio de vida que em todas as outras quantas são descobertas do cabo de Boa Esperança para diante [...] e também nesta perda [...] se arrisca perder-se a alfândega do Mandovim da cidade de Goa, que é a melhor cousa que temos na Índia” ... (I, 94).

Esta cadeia só seria possível mediante uma hábil efabulação⁶⁸. Um após outro, vão entrando em cena reis de Samatra, aliados dos portugueses e ansiosos pelo seu auxílio contra o “tirano” achém. Todos acabam decepcionados, porque, na versão de Mendes Pinto (discrepante da que se encontra em documentos epistolográficos⁶⁹), o capitão de Malaca, Pero de Faria, muito promete e nada (ou quase nada) dá: envia “cumprimentos, que custam pouco”, cria “esperanças” vãs (I, 78), entretém com “palavras” sem “nenhum fruto” (I, 103).

Cada uma das personagens orientais é um pretexto para Mendes Pinto moldar oradores fidedignos, cujos discursos, por artes de intratextualidade, provocam um efeito de eco que intensifica críticas e as cumula de uma energia sentenciosa e profética, lançando um alerta: a história repetia-se, os erros perpetuavam-se. Aliás, não será exagerado chamar a estes discursos pseudoprocias: nos anos 60 – época de redacção do texto – os Achéns conquistaram o reino de Aarú e redobraram os assédios a Malaca.⁷⁰

Salientando o problema, Mendes Pinto fazia coro com Barros, que escrevera a propósito do rei do Achém: “ao presente é feito senhor de todos aqueles estados, e tão poderoso com nosso dano, que com suas armadas comete a nossa cidade de Malaca”⁷¹. Mais: ao conceber o discurso do rei dos Batas, pleno de alusões a episódios de derrota portuguesa perante os achéns, Mendes Pinto investia informação

⁶⁸ Rebecca Catz presta atenção a esta sequência de capítulos (*Fernão Mendes Pinto – Sátira e anti-cruzada na Peregrinação*, pp. 28-36). Não refere, no entanto (decerto porque não convinha à tese que procurava defender), o longo comentário político do narrador.

⁶⁹ Numa carta endereçada a D. João III, Pero de Faria jurava agir “sem cobiça de dinheiro”, avisava que “entrementes que os d’achens andarem prósperos e o governador da Índia não mandar gente que os destruía, Malaca corre assaz de fadiga”, e aconselhava: “devia S. A. de mandar ao Viso-rei ou a quem governar a Índia, que em todas as maneiras viesse sobre d’Achem, pois nos tem feita tanta ofensa, em que nós por tardarmos tanto de lhe não dar castigo, perdemos o crédito com estes reis comarcãos de Malaca.” (*Fernão Mendes Pinto. Excerptos seguidos de uma notícia sobre sua vida e obras. Um juízo crítico. Apresiações de belezas e defeitos e estudos de língua por Antonio Feliciano de Castilho*. Tomo segundo, pp. 149, 141, 146, respectivamente).

⁷⁰ Jorge Manuel dos Santos Alves, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, p. 176. Resta saber se, nos encómios a Leônís Pereira, que em 1568 protagonizou a defesa de Malaca não se esboçou o embrião de uma dedicatória que, a ter existido, só viria corroborar a importância concedida ao assunto. Recorde-se que em 1576 saiu a *Historia da provincia Sancta Cruz* de Pero de Magalhães Gândavo, dedicada a Leônís Pereira, numa homenagem e angariação de patrocínio para a qual concorreram também versos de Camões.

contida nas *Décadas*, onde se relatava – entre outros desastres⁷² – a queda de Pacém, a perda da galé de Simão de Sousa e a captura do galeão enviado ao Achém no tempo de Garcia de Sá.⁷³

Decidido a fazer ver a ferida e não a ocultá-la, Mendes Pinto recusa, porém, proceder como Barros, atenuar desaires ou sublimar derrotas⁷⁴. Ora o que é notável é que, parecendo distante do cronista, está a aplicar a lição dada no Prólogo da *Década III*, onde se encarece a “força da eloquência”⁷⁵ e se advoga que a uma má história será preferível uma boa fábula: “mais doce e accepta é na orelha e no ânimo ãa fábula composta com o decoro que lhe convém, que ãa verdade sem ordem e sem ornato.”⁷⁶

Barros partia do princípio de que, se a história *movia*, os exemplos dados teriam de ser dignos de imitação (“má história” seria aquela a que faltava “utilidade de lição”, *i.e.*, aquela que difundiria anti-valores como os arrolados no *Diálogo com dois filhos seus sobre preceitos morais em forma de jogo*); Mendes Pinto terá crido, ao contrário, que os exemplos patenteados deviam ser capazes de provocar indignação e de fazer pensar. Para Barros, “decoro” significava mesura e equilíbrio (poético, ético e moral); para Mendes Pinto, equivaleria a uma adequação a fins pretendidos. E adequado, na *Peregrinação*, seria, não “dissimular [...] defectos”, mas expô-los.

Um grito iconoclasta sobre os enganamentos gerados através do discurso soara no *romanzo* de Ariosto, *Orlando Furioso* (1532), pela voz da personagem de

⁷² Ver *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, f. 126.

⁷³ Ver *The Travels of Mendes Pinto*. Edited and translated by Rebecca Catz, pp. 548-549.

⁷⁴ Se a perda de Pacém suscita a crítica severa de Barros (“E verdadeiramente o modo que se teve neste recolhimento, foi tão desordenado, que quanta honra os nossos tinham ganhado na defensão desta fortaleza, tanta perderam no modo de a deixar: tanto vai de defender a vida a desemparar a fazenda alheia, porque esta foi a primeira cousa que os nossos leixaram naquelas partes com o temor no rosto, e vergonha nas costas. E o que fez este caso mais desestrado, foi que saindo da barra daquele rio os nossos, em três navios e ãa nau, em que iam aqueles principais desapossados do seu, acharam trinta lâncaras carregadas de mantimento com muita gente que mandava el rei de Arú em socorro a dom André [...]” – f. [2]15) o seu relato não se compara com o de Gaspar Correia, que nada perdoa e tudo reprova. Observe-se como retrata o capitão de Pacém, D. André Anriques: “pobre, e cobiçoso de condição, se pôs em caminho de querer enriquecer, usando de grandes tyrannias assy com os portugueses como com a gente da terra, e muy dissolutamente tomava o que queria, com que de todos era desamado, e lhe querião grande mal.” (*Lendas da Índia por Gaspar Correia*, [...], vol. II, pp. 766-767). Quanto aos restantes episódios, Barros constrói a narrativa de maneira a atribuir aos portugueses o papel de cavaleiros, capazes de “proezas quais se contam nos livros fabulosos”, e aos achéns o de contendores plenos de malícia e traição (*Ásia [...] Quarta Década*, pp.117-121; 376-379). Muito semelhante é a versão de Fernão Lopes de Castanheda, na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. II, pp. 507-517, 545-547).

⁷⁵ “Prologo”, *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, s/f.

⁷⁶ “Prologo”, *Ásia de João de Barros. Terceira Década*, s/f.

S. João, que, acusando os poetas (ou a sua maioria) de serem venais, recomendava: “e se tu vuoi che ‘l ver non ti sia ascoso/ tutta al contrario l’istoria converti”⁷⁷. A verdade, porém, é que Mendes Pinto não precisava de conhecer Ariosto para se lançar na redacção de uma narrativa que mostrava um outro olhar sobre a história ou que virava ao contrário o rumo seguido na obra de um consagrado historiógrafo como Barros. De facto, a sua iniciativa (em parte comparável à que tivera o longamente inédito Gaspar Correia) surgia em maré favorável.

No campo da historiografia, o tempo era de mudança, com o trabalho de um cronista como Diogo do Couto a vincar as dicotomias claro-escuro, virtude-vício, regra-desvio, conforme ressalta no “contra-discurso” das *Décadas*⁷⁸ e fica patente no *Soldado Prático*. De resto, o próprio João de Barros, que conheceu Mendes Pinto e teve na sua memória abundante uma fonte preciosa, exprimiu na “Apologia” que abre a *Década IV* um dramático desencanto. Aí, quem escreve já não é o mesurado arquitecto, zeloso da ordem e do equilíbrio, mas o cronista inquieto pelos sinais dos tempos (desconcerto do mundo, injustiça, primazia do ter sobre o saber e sobre tudo): “Pois pola Pátria, no tempo que os outros cá, e lá andam, a quem se carregará de mais fardos às costas dos despojos da Índia, nós tomamos cuidado de levantar a bandeira dos triunfos dela, que estes carregados leixaram jazer desemparada, e esquecida com a ocupação e pressa que cada um em seu modo traz de salvar a prea de que lançou mão, por lhe mais importar o próprio interesse, que a glória comum da Pátria.”⁷⁹

Barros, que assim falava, dizia ser urgente a elaboração de um livro “das abusões do tempo”⁸⁰ – um livro como a *Peregrinação* de Mendes Pinto

⁷⁷ Ludovico Ariosto, *Orlando Furioso*, t. II, p. 913 (XXXV, 27).

⁷⁸ Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*. vol. II, p. 306: “O que há de verdadeiramente extraordinário e arrojado na crítica inserta nas *Décadas* de Couto é não só [...] o facto de ser o próprio autor a assiná-la, mas também o facto de essa crítica incidir sobre os actos guerreiros dos portugueses que batalharam na Índia e isto em obras em que se propunha immortalizar esses mesmos feitos. É certo que este último objectivo se cumpre no [...] discurso histórico que apodámos heróico mas, paralelamente a ele, perpassa uma linha interpretativa que constitui um verdadeiro contra-discurso. Por ele se conhecem as cobiças, as covardias, as fraquezas, em suma, a outra face da história da Ásia portuguesa.”

⁷⁹ “Appologia de Ião de Barros em lugar de Prologo”, *Ásia [...] Quarta Década*, s/f.

⁸⁰ “Appologia de Ião de Barros em lugar de Prologo”, *Ásia [...] Quarta Década*, s/f.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fernando-António, *Fernão Mendes Pinto. Contribuição para o estudo da sua vida e obra*, Almada: Câmara Municipal de Almada, 2006
- ALVES, Jorge Manuel dos Santos, *O domínio do Norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999
- ARIOSTO, Ludovico, *Orlando Furioso*. A cura di Cesare Segre, Milano: Arnoldo Mondadori, 1990
- BARROS, João de, *Ásia de [...] Primeira Década*. Fac-símile da edição de 1932, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988
- BARROS, João de, *Ásia de [...] Segunda Década*. Fac-símile da edição de 1974, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988
- BARROS, João de, *Ásia de [...] Terceira Década*. Fac-símile da edição de 1563, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992
- BARROS, João de, *Ásia de [...] Quarta Década*. Fac-símile da edição de 1615, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001
- BIEDERMANN, Zoltán Biedermann e CARVALHO, Andreia Martins de, "Home sweet home: the social network of Mendes Pinto in Portugal", in *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*. Studies, restored portuguese text, notes and indexes edited by Jorge Santos Alves, Lisboa: Fundação Oriente, 2010, vol. I, pp. 29-53
- BLUMENBERG, Hans, *Naufrágio com espectador*, Lisboa: Vega, 1990
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas [...]*. Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa/Ministério da Educação, 1989
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto: Lello & Irmão, 1979
- CASTIGLIONE, Baldesar, *Il Libro del Cortegiano*. A cura di Walter Barberis, Torino: Einaudi, 1998
- CASTILHO, António Feliciano de, *Fernão Mendes Pinto. Excerptos seguidos de uma notícia sobre sua vida e obras. Um juízo crítico. Apreciações de belezas e defeitos e estudos de língua por [...]*. Tomo segundo, Rio de Janeiro/Paris: Livraria de B.L. Garnier, 1865
- CASTRO, Aníbal Pinto de, "Introdução", in *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto [...]*, Porto: Lello & Irmão, 1984, pp. V-LXX

- CATZ, Rebecca, *A sátira social de Fernão Mendes Pinto. Análise crítica da Peregrinação*, Lisboa: Prelo, 1978
- CATZ, Rebecca, *Fernão Mendes Pinto – Sátira e anti-cruzada na Peregrinação*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981
- CATZ, Rebecca, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Lisboa: Presença, 1983
- CORDEIRO, João Santos, *António de Faria, personagem de Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses, Universidade Aberta, 2001
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia por [...]*, 4 vols., Porto: Lello & Irmão, 1975
- CORREIA, João David Pinto, *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa: Seara Nova/Editorial Comunicação, 1979
- CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*. vol. II, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994
- D'INTINO, Raffaella, "A «utopia chinesa» de Fernão Mendes Pinto", *Oceanos*, 7, 1991, pp. 67-71
- FLORES, Jorge Manuel, "«Um homem que tem muito crédito naquelas partes»: Miguel Ferreira, os «alevantados» do Coromandel e o Estado da Índia", *Mare Liberum*, n° 5, 1993, pp. 21-37
- FREITAS, Jordão de, "Fernão Mendes Pinto", in *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Publicada sob a direcção de Albino Forjaz Sampaio, vol. III, Lisboa: Bertrand, 1932, pp. 53-64
- HART, Thomas R., "Style and substance in the Peregrination", *Portuguese Studies*, vol. 2, 1986, pp. 49-55
- HERRERA MALDONADO, Francisco (ver PINTO, Fernão Mendes)
- LABORINHO, Ana Paula Laborinho, *O rosto de Jano. Universos ficcionais da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols., 2006
- LAGOA, Visconde de, "A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto (Tentativa de reconstituição geográfica)", *Anais*, tomo I, Ministério das Colónias/Junta de Investigações Coloniais, 1947
- LE GENTIL, Georges, *Fernão Mendes Pinto, Un précurseur de l'exotisme au XVI^e siècle*, Paris: Hermann & C.^e, Editeurs, 1947
- LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na Aldeia*. Introdução, Notas e Fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Lisboa: Presença, 1992

- LOUREIRO, Rui, "Possibilidades e limitações na interpretação da «Peregrinaçam» de Fernão Mendes Pinto", *SRAZ*, XXIX-XXX, 1984-1985, pp. 229-250
- LOUREIRO, Rui, *Nas partes da China. Colectânea de Estudos Dispersos*, Lisboa: CCCM, I.P., 2009
- LOURENÇO, Eduardo, "A «Peregrinaçam» e a crítica cultural indirecta", in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, 2ª ed., Lisboa: Edições Afrodite, 1979, vol. 2, pp. XCI-CII
- MARGARIDO, Alfredo, "Fernão Mendes Pinto. Um herói do quotidiano", *Colóquio/Letras*, 74, Julho de 1983, pp. 23-28
- MARGARIDO, Alfredo, "La multiplicité des sens dans l'écriture de Fernão Mendes Pinto et quelques problèmes de la littérature de voyages au XVI^e siècle", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, pp. 159-197
- MAURÍCIO, Domingos, "A «Peregrinaçam» de Fernão Mendes Pinto e algumas opiniões peregrinas", *Brotéria*, vol. LXXIV, n^o 6, Junho de 1962, pp. 637-650
- MENDES, António Rosa, "A *Peregrinaçam* e a peregrinação de Fernão Mendes Pinto", *Mare Liberum*, 15, 1998, pp. 33-106
- Monumenta Xaveriana Ex Autographis Vel Ex Antiquioribus Exemplis Collecta*. Tomus Primus [...], Matriti: Typis Augustini Avrial, 1899-1900
- Novus Orbis Regionum ac Insularum Veteribus Incognitarum* [...], Basileae: Apud Io. Hervagium, 1532
- OLIVEIRA, Francisco Roque de, "«Una relación de suficiente probabilidade» – Iberian readings and transcriptions of Fernão Mendes Pinto's unpublished *Peregrinaçam* manuscript, 1576-1614", in *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinaçam*. Studies, restored portuguese texto, notes and indexes edited by Jorge Santos Alves, Lisboa: Fundação Oriente, 2010, vol. I, pp. 271-297
- PICCHIO, Luciana Stegagno, "Fernão Mendes Pinto e a sua *Peregrinaçam*", in *Mar Aberto. Viagens dos portugueses*, Lisboa: Caminho, 1999, pp. 29-44
- PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinaçam e Outras Obras*. Texto crítico, Prefácio e Estudo por António José Saraiva, 4 vols., Lisboa: Sá da Costa, 1961-1984
- Historia Oriental de las Peregrinaciones de Fernan Mendez Pinto* [...], Traduzido de *Portugues en Castellano Por el Licenciado Francisco de Herrera Maldonado* [...], Madrid: Tomas de Iunta, 1620
- PINTO, [Fernão] Mendes, *The Travels of* [...]. Edited and translated by Rebecca Catz. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1984
- ROGERS, Francis M., "The manuscript latin translation of Mendes Pinto's *Peregrinaçam*", in *Homenaje a Rodríguez-Moñino. Estudios de erudición que le ofrecen*

- sus amigos o discípulos hispanistas norteamericanos*, vol. II, Madrid: Editorial Castalia, 1966, pp. 143-152
- SALISBURY, Jean de, *Le Policratique de* [...] (1372). *Livre V*. Edition critique et commentée des textes français et latin avec traduction moderne par Charles Brucker, Genève: Droz, 2006
- SARAIVA, António José, *Fernão Mendes Pinto ou a Sátira Picaresca da Ideologia Senhorial*, Lisboa: Jornal do Fôro, 1961
- SARAIVA, Arnaldo, "A *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto Revisitada. A sua teoria moderna da viagem", *CEM. Cultura, Espaço & Memória*, n^o 1, pp. 129-142
- SOUSA, Manuel de Faria e, *Lusiadas de Luís de Camões. Comentadas por* [...]. Reprodução da edição fac-similada de 1639, 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972
- SOUSA, Manuel de Faria e, *Rimas Várias de Luís de Camões Comentadas por* [...]. Reprodução da edição fac-similada de 1689, 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A Political and Economic History*. London and New York: Longman, 1993
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Three ways to be Alien: Travails & Encounters in the Early Modern World*, Waltham, Massachusetts: Brandeis University Press, 2011
- THOMAZ, Luís Filipe, "Diogo Pereira, o Malabar", *Mare Liberum*, 5, 1993, pp. 49-64
- TORRES, Amadeu, "Fernão Mendes Pinto, no pós-centenário da sua morte: o texto e a hermenêutica", *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*, Série Línguas e Literaturas, vol. VIII, 1986, pp. 137-153
- VILA MAIOR, Isabel, "O discurso directo como estratégia narrativa na *Peregrinaçam*", in Maria Alzira Seixo e Christine Zurbach (org.), *O Discurso Literário da Peregrinaçam. Aproximações*, Lisboa: Cosmos, 1999, pp. 97-118
- WHATLEY, Gordon, "The uses of hagiography: the legend of Pope Gregory and the Emperor Trajan in the Middle Ages", *Viator. Medieval and Renaissance Studies*, 15, 1984, pp. 25-63